

O presente número de "Estudos Moçambicanos" prossegue a tentativa de trazer para a sua audiência debates dos mais pertinentes e prementes da sociedade moçambicana da actualidade, restringindo o seu âmbito e enfoque de discussão ao campo estritamente académico. Situar-se no campo académico significa fazer todo um esforço de identificar e diferenciar a discussão a nível do senso comum, mesmo que este se apresente de forma erudita, ao de discussão científica; destringir problemas sociais de questões de pesquisa sócio-históricas.

Como é a sua vocação, "Estudos Moçambicanos" trabalha na divulgação das práticas científicas no campo das ciências sociais. Desta feita, trazemos temas e problemáticas diversas abordadas de forma e ângulos disciplinares diversos. Nenhum dos temas nem enfoques está definitiva e suficientemente tratado. São cenários de interpretação teórica possíveis mas nunca exclusivos para compreender o processo social moçambicano real, na sua integração regional (África Austral), essencial. Aliás, a interpretação da realidade sócio-histórica, através de projecções de cenários ganha terreno porque permite compreender que a evolução do processo social não é unilinear nem unidimensional e, sobretudo, porque permite compreender a diferença entre a "mouvence" da sociedade real da "mouvence" da exegese teórica.

Nesse processo de interpretação-construção do conhecimento de Moçambique trazemos temas que abordam matérias a nível nacional e outras de âmbito internacional que têm uma implicação regional fundamental para Moçambique.

Assim, no contexto nacional trazemos ao nosso fórum um estudo sobre deslocados de guerra, da autoria de Maria Alice Santos; outro sobre os efeitos do PRE na agricultura, escrito por João Mosca e Felisa Delgado; outro ainda denominado "Zedequias Manganhela: Notas para uma Releitura das Relações Estado Colonial-Igrejas Protestantes, na Década de 70", assinado por Teresa Cruz e Silva. Esta ensaísta assina, ainda, uma crónica científica que intitulou "Dois Episódios da Vida de Eduardo Mondlane, Narrados por Eduardo Pedro Demony". Por último, o artigo "Estado e Democracia

Multipartidária em Moçambique", assinado por Luís de Brito.

Apesar de ser um estudo de carácter exploratório, o artigo de Alice Santos traz-nos, numa perspectiva sociológica, uma reflexão importante sobre a realidade social dos deslocados de guerra, num bairro da capital de Moçambique. A articulista passa em revisão o contexto em que surgem os "deslocados" seus problemas e aspectos quanto ao futuro da comunidade. Coloca uma interrogação fundamental sobre a possibilidade ou não de retorno desta comunidade ao seu lugar de origem, ou seja ao meio rural, depois de uma vivência significativa em meio urbano ainda que periférico. Este é, sem dúvida, um dos desafios importantes que se colocam a estratégias académicos, sociais e políticos em compreender os deslocados e tentar dar uma resposta teórica e prática, numa dimensão histórica e sociológica adequadas à sua forma actual de existência.

O artigo sobre os efeitos do PRE na agricultura é um dos temas mais importantes para a compreensão da realidade moçambicana. Os seus autores defendem que por as medidas de estabilização e de reabilitação se circunscreverem à instância económica de forma vincadamente parcial, não resolvem os problemas das economias dos países subdesenvolvidos nem a problemática da dívida externa que tende a permanecer "descontrolada". O aumento galopante da inflação e a baixa de produtividade resultam numa dependência acentuada face aos progressos da acumulação do capital da economia-mundo.

O artigo de João Mosca e de Felisa Delgado acha-se estruturado em cinco capítulos fundamentais os quais discorrem sobre: o contexto da implantação do Programa de Reabilitação Económica em Moçambique, ilustrado com alguns indicadores económicos que revelam a tendência geral da economia moçambicana; os efeitos da reabilitação na economia agrária; os alcances e objectivos do PRE; o impacto da guerra em interacção com o programa de ajustamento e deste com a emergência.

Apesar de chegar a uma conclusão não positiva em relação aos problemas que o ajustamento da economia moçambicana deveria cumprir, reconhece, no entanto, que este ajudou a deter a queda vertiginosa da economia a curto prazo; o alívio da crise a breve trecho; a salvação da morte quase certa de muitas crianças e mulheres; a legitimação do poder instituído e a reinserção da dinâmica do mercado. A longo prazo o PRE, a seu ver, mantém os

desequilíbrios macro-económicos e distorções estruturais; reproduz conflitos entre os interesses "oficiais" proclamados e o movimento real da produção e da sociedade.

O artigo sobre as relações Estado-Igreja afigura-se também de importância vital neste período em que a sociedade moçambicana faz esforços para se auto-reconciliar.

A relação histórica Igreja-Estado foi marcada sempre por tensões e, por vezes, por desacordos de princípios políticos, cívicos e morais.

Como descreve Tereza Cruz e Silva, a conflitualidade entre o poder Temporal e Espiritual em Moçambique conhece o seu ponto máximo de tensão no final da década de 60, inícios da década de 70. Os principais actores do conflito são a Igreja Protestante e uma fracção da Igreja Católica Romana.

Depois da proclamação da independência de Moçambique, este conflito voltou a exacerbar-se. Durante a colonização, o ponto de atrito era a "desnacionalização" dos colonizados moçambicanos; agora, ou seja depois da independência é o da "nacionalização e aculturação" dos Moçambicanos e das Igrejas. Apesar de, na actualidade, se viver num ambiente de distensão e de certo diálogo entre o Estado independente e as confissões religiosas, não quer dizer que o diálogo tenha sido assumido, entre ambas as partes, de forma profunda; sobre as questões que sempre colocaram o Estado e a Igreja em contenda. Esta é, sem dúvida, uma das muitas problemáticas da actualidade que interessa aos académicos, aos políticos, aos crentes e aos governantes. Daí a interrogação fundamental que a autora do referido artigo faz: "Estado Colonial-Igrejas Protestantes, Que Relação?"

A mesma autora traz-nos uma crónica científica sobre a viagem que Eduardo Mondlane fez de Lourenço Marques a Inhambane, recordada por Pedro Demony.

Esta crónica traz-nos não só a memória refeita de Demony mas sobretudo uma maneira de abordar as fontes históricas e as prudências que se devem ter ao manuseá-las.

Luís de Brito escreve sobre as evoluções do Estado moçambicano e da opção da Frelimo pela democracia multipartidária. Explica o fenómeno do multipartidarismo e da economia de mercado em Moçambique como parte integrante de um movimento internacional amplo, que persegue o objectivo da construção de uma nova ordem internacional e como consequência da queda do

bloco económico do Leste europeu.

Este artigo descreve as mudanças políticas recentes tentando compreender o alcance e significado dos mesmos. O autor interroga-se sobre a irreversibilidade do processo de democratização. Nota também incertezas quanto ao futuro do processo de democratização em Moçambique e no continente em geral. Esta incerteza é ditada pelos bloqueios do programa de reajustamento económico, que relega a população a uma marginalização económica crescente e consequentemente política, facto que é constatado também por Mosca e Felisa Delgado.

A nível da problemática de índole regional trazemos à discussão dois temas: O primeiro, assinado por Rob Davies, intitula-se "Os acontecimentos recentes em Angola e Moçambique"; e o segundo, da autoria de Sérgio Vieira, "O novo ambiente de segurança ou duma doutrina militar nacional para uma doutrina militar regional contribuição para um debate".

Rob Davies descreve os últimos acontecimentos verificados em Angola e Moçambique após a assinatura dos acordos de paz protagonizados pelos actores políticos em contenda militar. Para Davies a assinatura de acordos de paz não significou o fim das tensões nem da guerra entre os antigos beligerantes, pois têm prosseguido a violação ao acordado de Bicesse e de Roma. Conclui que o que têm de comum os dois acordos são o rol de incertezas quanto ao futuro do enraizamento da paz nos dois países.

Ao analisar o carácter dessas incertezas o articulista levanta, em termos de cenários possíveis naqueles dois estados africanos, tão martirizados e devastados pela guerra, no contexto regional dominado ainda pela África do Sul, três possibilidades, duas de carácter negativo que perpetuariam a guerra e uma positiva, que conduziria ao enraizamento efectivo da paz no subcontinente. Para cada um dos cenários o nosso ensaísta levanta perguntas oportunas como sejam: se os actores políticos respeitarão o veredicto do eleitorado, como estabelecer a paz social, se haverá apoio internacional suficiente para manter a estabilidade política e social.

No seu artigo sobre o novo ambiente de segurança, Vieira debate a concepção e prática militar da FRELIMO durante a luta armada de libertação (1964-1974), com incidências nos planos regional e internacional. Essa prática era marcada por um contexto de bipolarização entre o Leste e o Oeste ora terminada. Advoga que a nova África Austral, sem regime colonial e de minorias raciais não

comporta inimigos, precisa é de uma nova doutrina militar, que promova a defesa do eco-sistema marítimo regional, que neutralize as redes de tráfico de drogas, que previna acções desestabilizadoras intra e extra-regionais em defesa da cooperação e paz.

Dados os cenários, novas hipóteses se poderão desenhar quanto aos enfoques e problemáticas tratadas.

Apesar de haver muita esperança e prece para que, na África Austral, a paz regresse de forma efectiva e douradoira, o subcontinente continua em "ebulição" política e militar, com desenvolvimentos e desfechos quase imprevisíveis. Nesta senda é de nos interrogarmos:

- Qual o papel dos Estados da região na concertação de esforços pela paz?
- Qual o papel da sociedade civil nesse acto, em particular o das Igrejas?
- Qual o papel da comunidade internacional?
- O que é feito do direito internacional?

Alexandrino José